



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 62ª
(SEXAGÉSIMA SEGUNDA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
EM 30 DE JUNHO DE 2011.**

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Cristiano Araújo a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 60ª Sessão Ordinária, de 28 de junho de 2011;
- Ata da 61ª Sessão Ordinária, de 29 de junho de 2011;
- Ata da 18ª Sessão Extraordinária, de 28 de junho de 2011;
- Ata da 19ª Sessão Extraordinária, de 29 de junho de 2011;
- Ata da 20ª Sessão Extraordinária, de 29 de junho de 2011;



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

- Ata da 21ª Sessão Extraordinária, de 29 de junho de 2011.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 140, de 05/08/2011, Volume I, juntamente com a ata sucinta da 62ª Sessão Ordinária.)

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, muito obrigado. Eu queria dizer que essa lei apresentada hoje por mim, esse projeto de lei, é um grande avanço para a educação em Brasília. Eu peço o apoio dos nobres colegas. Esse é um caso muito sério. Não é possível que, em 2 anos, o Distrito Federal tenha perdido 700 professores para a aposentadoria e os estudantes tenham ficado sem esses professores efetivos, quando existem mil docentes aprovados em concurso aguardando a nomeação. É absolutamente necessário que a aposentadoria do professor efetivo esteja vinculada à nomeação de um professor devidamente concursado. Só assim vamos moralizar a situação e diminuir o caso de professores temporários nomeados.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Levarei uma cópia do projeto para a galeria. Conto com o apoio dos colegas desta Casa.

(Assume a Presidência o Deputado Cristiano Araújo.)

DEPUTADA REJANE PITANGA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA REJANE PITANGA (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu queria solicitar a sua sensibilidade no sentido de garantir o acesso dos servidores, dos trabalhadores. Há várias pessoas lá fora que querem acompanhar a votação nesta Casa. Estamos solicitando em nome dos trabalhadores que estão aí desde cedo. Há vários projetos de interesse deles. É importante que esta Casa tenha essa presença hoje. Quero saudar meus companheiros professores, funcionários de escolas, vigilantes, rodoviários, microempresários, todas as pessoas que estão aqui.

O que queríamos era garantir o acesso aqui nos corredores, nesta praça. É extremamente desconfortável ficar na entrada desta Casa aguardando para acompanhar a votação.

Obrigada, Sr. Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Eu quero saudar todos os trabalhadores, os professores, as pessoas das microempresas. Quero dizer para a segurança legislativa que, não tendo problema quanto à segurança da galeria, pode liberar os professores, caso não haja problema quanto à segurança.

A liberação ocorrerá desde que a Segurança desta Casa veja que não há problema de segurança. Foi o que eu disse, Deputado Dr. Michel.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V.Exa. poderia suspender a sessão por 5 minutos para apresentarmos a *Miss* Distrito Federal, que está aqui presente. É uma questão de poucos minutos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Perfeitamente. Enquanto a Liderança do Governo não define a pauta, não encontra um acordo, eu suspenderei a sessão por 5 minutos para atendermos ao pedido do Deputado Raad Massouh para a entrada da *Miss* Distrito Federal nesta Casa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós construímos um acordo anterior de que iríamos votar os projetos que têm consenso. Depois suspendemos a sessão com os projetos que não têm consenso. Acho que a *Miss* Distrito Federal é muito bem-vinda. Eu admiro, mas não precisa suspender a sessão. Vamos recebê-la aqui com o maior carinho.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PSL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um pedido à galeria: que mantivéssemos silêncio para que resolvéssemos os problemas internos e passássemos logo para a votação, que é o que tanto vocês querem. Eu só queria pedir para que mantivéssemos um pouco de silêncio para resolvermos os problemas. Aí vocês verão que a votação vai fluir o mais rápido possível. Se puder! É só um pedido. Nada mais do que isso. É só um pedido educado para resolvermos os problemas para que os outros colegas possam entrar também. Só isso e nada mais que isso. Se puderem atender, eu agradeço.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – A Presidência vai suspender os trabalhos durante 5 minutos para a entrada da *Miss* Distrito Federal ao plenário.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 17h40min, a sessão é reaberta às 17h42min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Está reaberta a sessão.

(Assume a Presidência o Deputado Dr. Michel.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (Bloco PT/PRB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero votar imediatamente, eu preciso votar o projeto da micro e pequena empresa e o Projeto de Lei nº 218. Não vou falar para votarmos logo!

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Nós já vamos votar. Pode ter certeza disso. Nós já vamos votar.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Eu queria fazer um apelo aos colegas líderes, aos colegas Parlamentares, para dispensarmos a fala e passarmos imediatamente à votação, Sr. Presidente. É nesse sentido.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Deputado Chico Leite, eu só não vou abrir mão de falar porque está acontecendo um fato inusitado com o pessoal lá em Planaltina. Eu vou passar a Presidência ao Deputado Cristiano Araújo, para que S.Exa. me conceda a palavra por 5 minutos – não passa disso –, para mostrar aos colegas uma atrocidade que está acontecendo em Planaltina. Então, não posso deixar de falar. Não passará de 2 minutos. Nós temos que falar, porque o que está acontecendo em Planaltina é um absurdo.

(Assume a Presidência o Deputado Cristiano Araújo.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Concedo a palavra ao Deputado Dr. Michel.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

DEPUTADO DR. MICHEL (Bloco PSL/PTC/PMDB/PSC/PTdoB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, boa tarde a todas e a todos os presentes neste plenário e nesta Casa de Leis. Eu queria conclamar os meus pares para apenas ouvirem sobre o que está acontecendo lá em Planaltina.

Há um pessoal num assentamento feito pela Fundação Zoobotânica há 22 anos. É uma área do Distrito Federal onde houve um assentamento. Um cidadão arrumou a documentação, entrou na Justiça e ganhou o direito das terras. Hoje essas pessoas estão sendo retiradas do lugar por uma ordem judicial. Peço a V.Exas. que façamos uma moção aqui e a encaminhe para Terracap, para que ela, meu Líder de Governo, entre nessa situação, porque as terras são dela. Os documentos que se encontram lá, segundo o que consta, são até forjados. O juiz parece que foi enganado. E essas pessoas estão sendo retiradas de suas casas. São 28 famílias que foram assentadas pela Fundação Zoobotânica à época e estão sendo retiradas de suas casas. Isso é muito grave! Nós precisamos fazer uma moção urgente nesta Casa e encaminhá-la à Terracap, para que ela faça gestão junto ao Judiciário.

Peço a V.Exa., Deputado Chico Leite, que é um homem da lei, que é um homem que entende de lei também, que façamos essa moção urgente. Essas pessoas estão sendo tiradas de suas casas.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA (Bloco da Renovação Democrática Popular. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou fazer uso da palavra muito rapidamente, para desafogar a nossa sessão.

Quero apenas dizer que, hoje de manhã, estivemos com a Comissão de Educação e Saúde desta Casa no *campus* universitário da UnB em Ceilândia. Isso me deixou muito feliz, porque mostrou o comprometimento desta Casa com os universitários.

É importante ressaltar que esta Casa tomou as providências, convocando um representante da empresa que atrasou a obra por 13 vezes para prestar esclarecimentos a esta Casa e também que o Poder Executivo, através da Novacap, decidiu aplicar, conforme ordena a lei, as multas que a empresa deve e merece pagar por tantos atrasos.

Era só isso o que eu tinha a dizer, para dar uma satisfação aos universitários que precisam do *campus* de Ceilândia pronto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Parabéns, Deputado. Eu me somo a essa luta.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

Concedo a palavra ao Deputado Aylton Gomes. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão, que falará como Líder do Bloco Avanço Democrático.

DEPUTADA CELINA LEÃO (Bloco Avanço Democrático. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Vou falar rapidamente, não vou tomar o tempo, até porque queremos realmente a votação.

Eu queria deixar registrada aqui, Sr. Presidente, a questão da educação. Quero começar pela educação, até porque não é esforço só meu, mas também da Deputada Rejane Pitanga, que fez uma emenda, do Deputado Washington Mesquita e do Deputado Prof. Israel Batista. Peço que votemos hoje a emenda para 2 mil professores, não para 1.700 nem para 1.800. Peço, neste momento, a quem fez emenda colocando a mais ou a menos que cheguemos a um acordo para que seja aprovada a emenda de 2 mil professores.

Fazemos um pedido para os outros Parlamentares sobre 45 milhões que foram retirados hoje da educação para serem colocados na publicidade. Pedimos que esses recursos retornem imediatamente para a educação, que já está prejudicada. É um pedido da Oposição.

Quanto à questão dos conselheiros tutelares também, foi feita uma emenda pela Oposição, por mim, pela Deputada Liliane Roriz, pela Deputada Eliana Pedrosa, para não se retirarem recursos, como já foi retirado aqui por meio de decreto do Governador.

Votaremos também hoje a questão da estruturação dos arquitetos. Contem conosco. Votaremos também a questão da estruturação dos cantineiros e da microempresa.

Então, eu queria apenas pontuar todas essas questões importantes e pedir encaminhamento.

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante. (Pausa.)

DEPUTADA REJANE PITANGA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA REJANE PITANGA (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu sei que houve concordância, mas os companheiros que estão lá fora estão ligando. Queríamos pedir a V.Exa. que viabilizasse a entrada.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Deputada Rejane Pitanga, eu já expliquei que está liberada a entrada, desde que a equipe de segurança da Câmara veja que não há perigo para a própria galeria e para os Parlamentares. Então, a questão é de segurança.

DEPUTADA REJANE PITANGA – Companheiro, só há trabalhadores aqui que vieram acompanhar a votação. Só há trabalhadores, não existe nenhum problema para a segurança.

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Por parte da Presidência não há nenhum óbice. Depende do número.

Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Washington Mesquita.

(Manifestações de protesto na galeria.)

DEPUTADO WASHINGTON MESQUITA (Bloco PR/PP/PTB/PSDB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ao ocupar esta tribuna esta tarde, desejo render homenagem a uma das mais importantes figuras do cenário político brasileiro. Desejo parabenizar o homem que se coloca como um estadista da estatura de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, como um Presidente que modernizou a economia do País, trazendo estabilidade e segurança à sociedade.

Parabenizo o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso pelo transcurso do seu 80º aniversário. São poucas as pessoas que nessa idade permanecem com o vigor e a sabedoria para continuarem com a liderança combativa e atenta aos problemas da agenda nacional. O Presidente Fernando Henrique Cardoso não teve apenas o mérito de domar o leão da inflação, que ano após ano corroía os salários e tornava a sobrevivência dos brasileiros uma arte em meio à insegurança do mercado. Sem a coragem e o ímpeto de FHC, o Brasil jamais teria modernizado a economia e permitido o ingresso de investimentos estrangeiros para desenvolver importantes setores como a telefonia, a mineração e a geração de energia. Sem a audácia e a determinação de Fernando Henrique, não teria sido possível construir um sistema bancário forte o suficiente para resistir até mesmo a uma crise mundial de grande amplitude como a de 2008. É da lavra de Fernando Henrique Cardoso, também, a Lei de Responsabilidade Fiscal, que garantiu a governabilidade e o equilíbrio das contas públicas. A importância do Governo FHC, expoente máximo do nosso querido PSDB, é hoje reconhecida até mesmo pela Presidente Dilma, que lhe rendeu singela homenagem pelo aniversário.

Sr. Presidente, eu poderia continuar aqui a citar inúmeros predicados do nosso ex-Presidente, mas creio que a maior homenagem a lhe ser conferida é a do reconhecimento histórico. Sem dúvida, à medida que a marcha do tempo se deslança e ganhamos distanciamento crítico sobre o passado, vão ganhando unanimidade os feitos de um homem de ação, Fernando Henrique Cardoso, o modernizador do Brasil contemporâneo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

DEPUTADO DR. MICHEL – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WASHINGTON MESQUITA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PSL. Sem revisão do orador.) – Mais uma vez, eu queria solicitar à galeria, por obséquio, que respeite os Deputados. Foram eleitos pelo povo. Por favor. Eu queria pedir aos senhores, que são todos educados, que depois que o Parlamentar falasse... O problema nós estamos vendo. Nós estamos analisando a questão da segurança. Nós chamamos a Segurança. Não é segurança física, não. É a segurança física dos senhores, porque essa arquibancada pode cair. É o bombeiro que está fazendo a análise.

(Manifestações de protesto na galeria.)

DEPUTADO DR. MICHEL – A senhora não está entendendo. A questão do aparte é o seguinte: nós estamos fazendo o estudo junto com o bombeiro, para saber se pode aguentar mais pessoas, porque pode haver um acidente. Não é questão de violência, é questão de acidente. Assim que for dito que pode deixar, vai entrar mais gente. Só isso. Eu queria pedir aos senhores que tivessem complacência. Quando um Deputado estiver falando, que nós mantivéssemos o silêncio para podermos ouvir. Só isso que eu queria pedir aos senhores.

DEPUTADO WASHINGTON MESQUITA – Agradeço, Deputado Dr. Michel, o aparte e a manifestação de V.Exa. Mas quero falar à galeria. O Parlamentar Washington Mesquita se encontra aqui, neste momento. O Parlamentar do PSDB até o dia de hoje tem dado a sua contribuição para Brasília, para os projetos relevantes que o Governo tem mandado para esta Casa. Este voto que eu tenho aqui hoje não me pertence, não. Pertence a cada um dos senhores e senhoras aí presentes. E nas causas relevantes que precisarem do meu voto, podem contar com meu apoio.

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Agora eu entendi o que a Deputada Rejane Pitanga está pleiteando. A galeria realmente está lotada, mas eu peço à Segurança da Câmara que a parte que está dentro da sala do cafezinho seja liberada para os professores. Não é necessário fazer isolamento porque os professores são trabalhadores, têm de reivindicar, têm de falar com os Parlamentares. Isso é legítimo. Então, solicito à Segurança que libere o espaço para os professores.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se há uma pessoa que já fez muita manifestação neste País e aqui em Brasília, fui eu. Eu quero pedir aos companheiros e às companheiras da galeria para acompanharem a votação dos projetos. Os Deputados que estão aqui, independente



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

do partido a que pertençam, estão comprometidos em votar os projetos e irão votá-los.

Deputado Dr. Michel, é bom que se diga que o Deputado Washington Mesquita tem votado a favor de todos os projetos que dizem respeito aos trabalhadores, inclusive os projetos do Governo do Distrito Federal. É um Parlamentar de Oposição, mas tem votado todos os projetos.

Eu quero pedir aos companheiros e às companheiras da galeria que assistam à sessão. Nós temos o maior interesse em votar todos os projetos, inclusive o Projeto nº 218, que é fundamental para moralizar a terceirização no Distrito Federal. Nós temos o compromisso desta Casa de votarmos esse projeto. Portanto, é fundamental que todos aqui, os companheiros da galeria, colaborem um pouco para que possamos imediatamente entrar na votação e deslanchar esta votação aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Esta Presidência questiona a todas as Lideranças se poderíamos abrir mão da falação no dia de hoje para entrarmos na pauta da Ordem do Dia como forma de otimizar os trabalhos. (Pausa.)

Como todos concordaram, entraremos na Ordem do Dia.

A Presidência informa que fica incluído como o último item da Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 16, de 2011, de autoria do Deputado Chico Vigilante.

Item nº 4:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 218, de 2011, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que “institui mecanismo de controle do patrimônio público do Distrito Federal, dispondo sobre provisões de encargos trabalhistas a serem pagos às empresas contratadas para prestar serviços de forma contínua, no âmbito dos Poderes Públicos do Distrito Federal”.

Esta Presidência informa que a tramitação está concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 5:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 192, de 2011, de autoria da Deputada Rejane Pitanga, que “obriga o Governo do Distrito Federal a fazer constar em todos os editais de licitação e contratos diretos sem licitação a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

exigência de reserva mínima de 5% das vagas de emprego para mulheres na área de construção de obras públicas”.

Esta Presidência informa que a tramitação está concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 6:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 304, de 2011, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de inscrição no cadastro fiscal do Distrito Federal de empresas prestadoras de serviços na forma que especifica”.

Esta Presidência informa que a tramitação do referido projeto de lei está concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 11:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 372, de 2011, de autoria do Deputado Prof. Israel Batista, que “altera a Lei nº 4.159, de 13 de junho de 2008, facultando aos participantes do programa Nota Legal o recebimento dos créditos por meio de depósito dos valores em conta corrente ou poupança mantida em instituição do sistema financeiro nacional, indicada pelo beneficiário”.

Esta Presidência informa que a tramitação do referido projeto de lei está concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o referido projeto do Deputado Prof. Israel Batista tem um substitutivo. Estou entendendo que o projeto está sendo votado na forma do substitutivo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Perfeitamente, Deputado Wasny de Roure. Foi aprovado o substitutivo do Deputado Prof. Israel Batista.

Item nº 7:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 242, de 2011, de autoria do Deputado Olair Francisco, que “altera a Lei nº 3.106, de 27 de dezembro de 2002, que aprova o Código Disciplinar Unificado do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal”.

Esta Presidência informa que a tramitação não foi concluída, mas o projeto já obteve parecer favorável da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Solicito ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Chico Leite, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, indago à secretária da comissão se há relator sorteado. Não há. Então, Sr. Presidente, designo o Deputado Aylton Gomes para relatar e solicito a V.Exa. que deixe a votação para o final a fim de que S.Exa. tenha tempo de dar uma vista nos autos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Perfeitamente.

Item nº 8:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 277, de 2011, de autoria do Deputado Olair Francisco, que “proíbe no âmbito do Distrito Federal os veículos de comunicação de veicularem propagandas de fins eróticos e outras atividades congêneres”.

Esta Presidência informa que a matéria ainda não tem parecer.

Solicito à Comissão de Assuntos Sociais e à Comissão de Constituição e Justiça que se manifestem.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o que me pareceu é que ontem nós tínhamos chegado ao entendimento de que aquelas matérias que não tivessem parecer nas comissões de mérito não seriam debatidas nesta sessão.

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Perfeitamente, Deputado Chico Leite.

Existe uma recomendação do Presidente desta Casa para não entrarmos na pauta do Executivo até a chegada de S.Exa. Então, estamos votando os projetos de autoria dos Parlamentares. Ainda há pouco indaguei à Assessoria de Plenário por que não entrar nos projetos do Executivo que já estão com tramitação concluída, e foi essa a informação que recebi.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, parece que há projetos que já passaram por comissões.

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Deputado Chico Leite, na pauta não. Segundo a Assessoria de Plenário, não existe projeto de Deputado.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PTdoB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em relação a esses itens citados pelo nobre Deputado Chico Leite, há, sim, acordo para que a gente faça a relatoria em plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Sim. A relatoria em plenário é perfeitamente viável.

A Presidência designa a Deputada Liliane Roriz para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Liliane Roriz, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer ao Projeto de Lei nº 277, de 2011, de autoria do Deputado Olair Francisco, que “proíbe no âmbito do Distrito Federal os veículos de comunicação de veicularem propagandas de fins eróticos e outras atividades congêneres”.

Por intermédio da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente com a finalidade de disciplinar a relação entre



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

a sociedade em geral e as crianças e os adolescentes e proteger sob todos os aspectos.

Em análise à proposição apresentada, reconhecemos a nobre intenção do autor em proteger a família, célula *mater* da sociedade. Por todo o esforço, o nosso parecer é pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 277, de 2011.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Solicito ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Chico Leite, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, designo o Deputado Wellington Luiz.

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Solicito ao Relator, Deputado Wellington Luiz, que emita o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PSC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 277, de 2011, de autoria do Deputado Olair Francisco, que “proíbe no âmbito do Distrito Federal os veículos de comunicação de veicularem propagandas de fins eróticos e outras atividades congêneres”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade da matéria.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 277, de 2011. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 7:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 242, de 2011, de autoria do Deputado Olair Francisco, que “altera a Lei nº 3.106, de 27 de dezembro de 2002, que aprova o Código Disciplinar Unificado do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal”.

A Presidência designa o Deputado Aylton Gomes para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Aylton Gomes, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO AYLTON GOMES (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer ao Projeto de Lei nº 242, de 2011, de autoria do Deputado Olair Francisco, que “altera a Lei nº 3.106, de 27 de dezembro de 2002, que aprova o Código Disciplinar Unificado do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela aprovação, na forma do substitutivo em anexo, conforme já citado na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Somos pela aprovação do projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 242, de 2011. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Entraremos agora nos projetos de lei do Poder Executivo que estão com tramitação concluída, sobre os quais existe acordo para votação.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, no item nº 1, que diz respeito ao regramento de títulos de Cidadão Honorário, conversando com os colegas, com os Líderes de bloco; um grupo de colegas apresentou uma emenda tão somente ao art. 1º, com a qual concordamos, para passar de um para quatro. De maneira que requeiro a V.Exa. que, assim como os demais, coloque em votação esse projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – O projeto de V.Exa. será votado, Deputado Chico Leite, mas agora vamos seguir a pauta, para organizar os trabalhos do Executivo.

Item nº 28:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 422, de 2011, de autoria do Poder Executivo que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 17.998.920, 00 (dezessete milhões, novecentos e noventa e oito mil, novecentos e vinte reais)”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 29:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 423, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “altera o Anexo IV – despesas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

de pessoal autorizadas a sofrerem acréscimos, da Lei nº 4.499, de 27 de agosto de 2010, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2011, e dá outras providências”.

Em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PMN. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, no acordo de Líderes, não tivemos acordo nessa votação. Ficou decidido que iríamos discutir o item nº 29 no final.

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Perfeitamente. Peço à Liderança do Governo que...

DEPUTADA CELINA LEÃO – Eu queria saber sobre o encaminhamento, porque acredito que não há acordo acerca de algumas emendas.

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu estava tentando me manifestar. Realmente há o entendimento de que faríamos uma discussão, porque temos um conjunto de emendas e algumas delas extrapolam os patamares básicos, no entendimento da Assessoria.

Eu pediria um tempo para deixá-las no conjunto de projetos a serem observados e discutidos pelos Deputados.

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Acato a solicitação de V.Exa. e retiro o item da pauta.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, houve o seguinte entendimento por parte dos Deputados: com relação ao item nº 21, foi pedida a sua retirada, e também dos itens nºs 22, 26, 29, 32, 33 e 34. Os demais, a apreciação para a votação já foi concluída, pelo nosso entendimento.

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Perfeitamente. Estamos reorganizando a pauta de votação com a Liderança do Governo.

A Liderança do Governo pede a retirada dos itens nºs 21, 22...

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, peço apenas a retirada do item nº 21. Para os que foram acordados, uma breve discussão dos projetos, que são os itens nºs 22...

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Deputado, para organizarmos, vamos deixar claro que haverá a retirada do item nº 21.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, esse é o único item cuja retirada está sendo pedida.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Solicito a Assessoria de Plenário que organize a pauta. Os itens nºs 22, 26, 29, 32, 33 e 34 serão discutidos no final desta sessão.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Perfeitamente, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Solicito ao Sr. Secretário, Deputado Raad Massouh, que faça a leitura do próximo item da pauta, pois há acordo entre os Líderes para a sua votação.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, era exatamente para precisar a questão de que temos a obrigação de votar hoje o item nº 22. Estamos retirando esse item temporariamente...

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Deputado Chico Vigilante, não estamos retirando o item da pauta da votação, estamos apenas deixando a votação dele para mais tarde.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Eu compreendi, Sr. Presidente. Estamos apenas suspendendo a sua votação, para fazermos uma discussão daqui a pouco, com o compromisso de votá-lo ainda hoje. Quero alertar a Casa de que esse item trata da Lei Geral da Pequena e Microempresa. Já temos uma emenda, construída e assinada por quase todos os Parlamentares, inclusive por V.Exa., se não me falha a memória, que trata, Deputado Raad Massouh, da questão dos cantineiros, que estão sendo escorraçados das escolas. E hoje, com a aprovação desse projeto, garantiremos a permanência deles, que são fundamentais. Eles vivem, Deputado Dr. Michel, desse trabalho. Portanto, não é correto, não é justo estarem sendo perseguidos da maneira como estão pelo Ministério Público do Distrito Federal. Hoje, vamos resolver a situação dos cantineiros do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Perfeitamente, Deputado Chico Vigilante. A minha posição é de apoio aos cantineiros também. Logo mais, votaremos o projeto de vocês.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PMN. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero fazer um questionamento. Existe inversão de pauta para a votação de projetos de Deputados ao final da sessão?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Deputada Celina Leão, seguiremos a pauta. Hoje, o compromisso é votarmos todos os projetos dos Deputados, para não concedermos nenhum benefício a nenhum Parlamentar.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Ok, Sr. Presidente.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço também, na relação dos projetos a serem tratados após a votação das matérias acordadas, a inclusão do item nº 27. Há duas emendas apresentadas, e vamos ter a oportunidade de discuti-las nesse momento. Os demais estão acordados.

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Solicito à Assessoria de Plenário a inclusão na pauta do item nº 27.

Item nº 30:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 424, de 2011...

O item nº 30 também está sem acordo?

Esse item está sem acordo.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, permita-me dar uma orientação, porque eu acompanhei a discussão preliminar. O item nº 18 está plenamente acordado, podemos votá-lo com tranquilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – A Presidência vai suspender a sessão por alguns minutos para a Assessoria da Mesa organizar a pauta, pois esta está muito confusa.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 18h21min, a sessão é reaberta às 18h 37min.)

(Assume a Presidência o Deputado Patrício.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Está reaberta a sessão.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a inversão da Ordem do Dia para que apreciemos o Projeto de Lei nº 412, de 2011, item nº 27, matéria já pacificada. Eu já conversei com as lideranças; portanto, podemos apreciá-la. Peço a V.Exa. que a encaminhe como primeiro item da Ordem do Dia, de projetos de autoria do Poder Executivo.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Acato a solicitação de V.Exa.

Item nº 27:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 412, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “institui o Plano pela Superação da Extrema Pobreza no Distrito Federal – DF Sem Miséria, e dá outras providências”.

Solicito à Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Deputada Liliane Roriz, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Solicito à Relatora, Deputada Liliane Roriz, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

Lembro a V.Exa. que foram acatadas três emendas na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 412, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “institui o Plano pela Superação da Extrema Pobreza no Distrito Federal – DF Sem Miséria, e dá outras providências”.

Os exames de proposições na Comissão de Assuntos Sociais buscam ratificar o esteio legal para prosseguimento dos pleitos, junto aos ditames que versam sobre as questões sociais, as inerentes à qualidade de vida do cidadão e ainda manifestar-se sobre a oportunidade, a relevância social e o interesse público das medidas.

Assim, sob os critérios desta Comissão de Assuntos Sociais, o Projeto de Lei nº 412, de 2011, mostra-se meritório, pelo que somos favoráveis a sua aprovação, com o acatamento das emendas da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – O parecer da Comissão de Assuntos Sociais é favorável à matéria.

Em discussão o parecer da CAS. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Aylton Gomes para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Aylton Gomes, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO AYLTON GOMES (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 412, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “institui o Plano pela Superação da Extrema Pobreza no Distrito Federal - DF Sem Miséria, e dá outras providências”.

Encontramos manifesto interesse público e o respeito aos princípios constitucionais da oportunidade e da conveniência, de modo que, inexistindo obstáculos de ordem jurídica ou legal, sem vícios de qualquer natureza, recomendamos a aprovação desse projeto de lei. Por todas as razões acima elencadas, sobretudo em virtude do mandamento constitucional, o projeto merece ser aprovado.

Pelo exposto, somos, no âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, pela aprovação do Projeto de Lei nº 412, de 2011, com as emendas apresentadas em anexo.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – O parecer da CCJ é pela admissibilidade da matéria.

Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 412, de 2011. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 3:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 40, de 2011, de autoria do Deputado Raad Massouh, que estabelece que “fica proibido o uso de telefones celular, rádios transmissores, *palm tops*, *notebooks* e similares em agências bancárias ou instituições financeiras no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências”.

Lembro que esse projeto recebeu três emendas em plenário. Consulto os autores se vão retirar as emendas ou se faremos a apreciação da matéria com elas.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, conversei com o Deputado Raad Massouh e, na verdade, S.Exa. apresentou um substitutivo que engloba integralmente a emenda apresentada por mim. Portanto, retiro a emenda de minha autoria e subscrevo, juntamente com S.Exa., o substitutivo, ao qual voto favoravelmente.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu sou autor de uma emenda, a Emenda nº 1, que também retiro. Ficamos apenas com a emenda que representa o substitutivo, que dá valor a tudo.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Então ficamos apenas com a Emenda nº 2.

Solicito ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Chico Leite, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Solicito ao Relator, Deputado Chico Leite, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça à Emenda de Plenário, substitutivo, ao Projeto de Lei nº 40, de 2011, de autoria do Deputado Raad Massouh, que estabelece que “fica proibido o uso de telefones celular, rádios transmissores, *palm tops*, *notebooks* e similares em agências bancárias ou instituições financeiras no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

Consideramos que a matéria é de relação de consumo, de maneira que podemos legislar concorrentemente. Então, sendo certa a iniciativa e correta a via, manifestamo-nos pela admissibilidade, Sr. Presidente.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Solicito ao Presidente da Comissão de Segurança, Deputado Aylton Gomes, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO AYLTON GOMES – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Solicito ao Relator, Deputado Aylton Gomes, que emita parecer da Comissão de Segurança sobre a matéria.

DEPUTADO AYLTON GOMES (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Segurança ao Projeto de Lei nº 40, de 2011, de autoria do Deputado Raad Massouh, que estabelece que “fica proibido o uso de telefones celular, rádios transmissores, *palm tops*, *notebooks* e similares em agências bancárias ou instituições financeiras no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências”.

Por todo o exposto, conto com o apoio dos ilustres pares para aprovação desse projeto de lei na forma da apresentação da emenda substitutiva de plenário.

Então, no âmbito da Comissão de Segurança, nós optamos pela aprovação com a Emenda de Plenário nº 2, Sr. Presidente.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – O parecer da Comissão de Segurança é pela aprovação.

Em discussão o parecer da Comissão de Segurança. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

Em discussão, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 40, de 2011. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 40, de 2011, de autoria do Deputado Raad Massouh, que estabelece que “fica proibido o uso de telefones celular, rádios transmissores, *palm tops*, notebooks e similares em agências bancárias ou instituições financeiras no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito, após a votação desse projeto, que nós retornemos à pauta para apreciação do item nº 18.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Deputado Wasny de Roure, vou colocar em apreciação o item nº 18, mas vamos intercalar projetos do Executivo e projetos de Parlamentares, já que existem alguns Parlamentares que não tiveram projetos aprovados ainda, para que possamos mesclar, fazer tudo de maneira conjunta e manter o equilíbrio entre o Legislativo e o Executivo. V.Exa. tem sido muito coerente, então, vou acatar o pedido quanto ao item nº 18.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

Solicito silêncio à galeria para que possamos caminhar nas votações. A galeria está lotada, esta é a Casa do povo, é autorizada a entrada na galeria, mas os nossos trabalhos têm de continuar. Então, solicito que as pessoas fiquem em silêncio durante o processo de votação, até porque nós gravamos as sessões com o sistema de som, mas temos os taquígrafos aqui, que ficam ouvindo para fazer as anotações, o que é preciso, para tudo correr dentro da normalidade e da legalidade. Então, peço a compreensão da galeria.

Item nº 18:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei Complementar nº 13, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “altera os artigos 9º, 10 e 22 da Lei Complementar nº 806, de 12 de junho de 2009, que ‘dispõe sobre a política pública de regularização urbanística e fundiária das unidades imobiliárias ocupadas por entidades religiosas de qualquer culto para celebrações públicas ou entidades de assistência social, e dá outras providências’”.

Solicito ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Chico Leite, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

Lembro que o projeto recebeu duas emendas.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Solicito ao Relator, Deputado Chico Leite, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 13, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “altera os artigos 9º, 10 e 22 da Lei Complementar nº 806, de 12 de junho de 2009, que ‘dispõe sobre a política pública de regularização urbanística e fundiária das unidades imobiliárias ocupadas por entidades religiosas de qualquer culto para celebrações públicas ou entidades de assistência social, e dá outras providências’”.

O projeto recebeu duas emendas, por isso voltou à nossa apreciação.

Indago à Secretaria se havia parecer inicial da CCJ. Não? Então, o parecer é ao projeto original com as duas emendas? Está certo.

Sr. Presidente, o que vejo textualmente é que havia a iniciativa do Poder Executivo. É um PLC, portanto trata de matéria específica. Há debate sempre que é possível, em casos tais, ou seja, quando se está laborando, sobre o uso e a ocupação do solo, emenda parlamentar. Nós temos duas emendas aqui. Recentemente, o Tribunal, no caso dos puxadinhos, manifestou-se favoravelmente. Eu seguirei a linha do Tribunal de Justiça, compreendendo também que isso é possível em casos que tais, embora não tendo a iniciativa. Esse não é o meu entendimento pessoal, mas é o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

entendimento do Tribunal, que supera evidentemente o entendimento deste modesto Parlamentar.

Neste caso, considero que é possível também emendar. Como a via eleita é a correta, nós nos manifestamos pela admissibilidade com as duas emendas.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – O parecer da CCJ é pela admissibilidade.

Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei Complementar nº 13, de 2011. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 19 votos favoráveis. Houve 5 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há um entendimento no sentido de votarmos, pelo que tenho conversado com os Líderes, o item nº 2 da pauta. Em relação às emendas de 1 a 5, será preciso parecer da Mesa e da CCJ.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Ok, Deputado Chico Leite. Vou consultar a Assessoria e ver o que podemos fazer para chegar a um acordo e fazer a votação do projeto de V.Exa.

Item nº 9:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 315, de 2011, de autoria do Deputado Raad Massouh, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de aparelhos climatizadores e umidificadores evaporativos nos estabelecimentos comerciais e industriais que especifica e dá outras providências”.

Foi apresentada uma emenda. Foi aprovado o parecer da CCJ.

Solicito ao Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários, Deputado Cláudio Abrantes, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Solicito ao Relator, Deputado Cláudio Abrantes, que emita o parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre a matéria.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Fundiários ao Projeto de Lei nº 315, de 2011, de autoria do Deputado Raad Massouh, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de aparelhos climatizadores e umidificadores evaporativos nos estabelecimentos comerciais e industriais que especifica e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Assuntos Fundiários, tendo em vista suas atribuições, o nosso parecer é pela admissibilidade nos termos da emenda substitutiva de plenário do próprio autor.

É o nosso parecer, Sr. Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – O parecer da Comissão de Assuntos Fundiários é pela aprovação.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Parlamentares.

Solicito ao Relator, Deputado Washington Mesquita, para emitir parecer pela Comissão de Educação e Saúde sobre a matéria.

DEPUTADO WASHINGTON MESQUITA (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Educação e Saúde ao Projeto de Lei nº 315, de 2011, de autoria do Deputado Raad Massouh, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de aparelhos climatizadores e umidificadores evaporativos nos estabelecimentos comerciais e industriais que especifica e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Educação e Saúde, aprovamos na forma do substitutivo apresentado.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Parlamentares.

Solicito ao Relator, Deputado Chico Leite, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

A Comissão de Constituição e Justiça já deu parecer sobre o projeto, que já foi aprovado. Agora, é sobre o substitutivo.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao substitutivo ao Projeto de Lei nº 315, de 2011, de autoria do Deputado Raad Massouh, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de aparelhos climatizadores e umidificadores evaporativos nos estabelecimentos comerciais e industriais que especifica e dá outras providências”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

Veja, a via eleita é a correta. Só informo que o parecer é sobre o substitutivo. Já estamos elaborando o substitutivo. Vale o fundamento, aqui no substitutivo, que já foi feito em relação ao projeto original, de maneira que pode haver iniciativa de Parlamentar, e a via escolhida é a correta.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, manifesto-me pela admissibilidade.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Parlamentares.

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 315, de 2011, na forma do substitutivo. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Parlamentares.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, e o item de nº 2?

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Posteriormente ao item de nº 12, Deputado Chico Leite.

Item nº 12:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 230, de 2011, de autoria do Deputado Benedito Domingos, que “institui no Distrito Federal o Dia do Pastor Evangélico a ser comemorado anualmente no segundo domingo do mês de junho”.

Solicito à Relatora, Deputada Liliane Roriz, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 230, de 2011, de autoria do Deputado Benedito Domingos, que “institui no Distrito Federal o Dia do Pastor Evangélico a ser comemorado anualmente no segundo domingo do mês de junho”.

Sr. Presidente, a proposta em apreço não encontra obstáculos quanto à oportunidade e conveniência. Pelo exposto, quanto ao mérito afeto às atribuições desta Comissão de Assuntos Sociais, manifestamo-nos favoravelmente ao Projeto de Lei nº 230, de 2011.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Solicito ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Chico Leite, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Solicito ao Relator, Deputado Chico Leite, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 230, de 2011, de autoria do Deputado Benedito Domingos, que “institui no Distrito Federal o Dia do Pastor Evangélico a ser comemorado anualmente no segundo domingo do mês de junho”.

Sr. Presidente, a via eleita está correta. A iniciativa pode ser de Parlamentar e não impõe despesa ao erário, ao Poder Executivo.

Consideramos admissível o projeto.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 230, de 2011. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 2:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 19, de 2003, de autoria do Deputado Chico Leite, que “estabelece critérios para a indicação e concessão dos títulos de Cidadão Honorário e de Cidadão Benemérito de Brasília”, em tramitação conjunta com o Projeto de Resolução nº 82, de 2004, de autoria do Deputado Odilon Aires, que “estabelece critérios para concessão de título de Cidadão Honorário de Brasília” e com o Projeto de Resolução nº 59, de 2008, de autoria do Deputado Alírio Neto, que “dispõe sobre a limitação de concessão de título de Cidadão Honorário”.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu requiro a V.Exa. a retirada dos destaques.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Deputado Chico Leite, acato a solicitação de V.Exa. e retiro os destaques.

Solicito ao Relator, Deputado Raad Massouh, que emita o parecer da Mesa Diretora sobre a matéria.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Mesa Diretora às emendas ao Projeto de Resolução nº 19, de 2003, de autoria do Deputado Chico Leite, que “estabelece critérios para a indicação e concessão dos títulos de Cidadão Honorário e de Cidadão Benemérito de Brasília”, em tramitação conjunta com o Projeto de Resolução nº 82, de 2004, de autoria do Deputado Odilon Aires, que “estabelece critérios para concessão de título de Cidadão Honorário de Brasília” e com o Projeto de Resolução nº 59, de 2008, de autoria do Deputado Alírio Neto, que “dispõe sobre a limitação de concessão de título de Cidadão Honorário”.

Sr. Presidente, o parecer é para acatar as Emendas nºs 4 e 5 e rejeitar as Emendas nºs 1, 2 e 3.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Cláudio Abrantes, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre as emendas ao Projeto de Resolução nº 19, de 2003, de autoria do Deputado Chico Leite, que “estabelece critérios para a indicação e concessão dos títulos de Cidadão Honorário e de Cidadão Benemérito de Brasília”, em tramitação conjunta com o Projeto de Resolução nº 82, de 2004, de autoria do Deputado Odilon Aires, que “estabelece critérios para concessão de título de Cidadão Honorário de Brasília” e com o Projeto de Resolução nº 59, de 2008, de autoria do Deputado Alírio Neto, que “dispõe sobre a limitação de concessão de título de Cidadão Honorário”.

Sr. Presidente, no tocante às emendas, seguimos a mesma linha adotada pela Mesa Diretora: rejeição das Emendas nºs 1, 2 e 3 e admissão das Emendas nºs 4 e 5.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Em discussão, em 2º turno, o Projeto de Resolução nº 19, de 2003. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final ao Projeto de Resolução nº 19, de 2003, de autoria do Deputado Chico Leite, que “estabelece critérios para a indicação e concessão dos títulos de Cidadão Honorário e de Cidadão Benemérito de Brasília”, em tramitação conjunta com o Projeto de Resolução nº 82, de 2004, de autoria do Deputado Odilon Aires, que “estabelece critérios para concessão de título de Cidadão Honorário de Brasília” e com o Projeto de Resolução nº 59, de 2008, de autoria do Deputado Alírio Neto, que “dispõe sobre a limitação de concessão de título de Cidadão Honorário”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à promulgação.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer a compreensão dos Parlamentares e de V.Exa. Quero dizer que, neste momento, esta Casa dá um grande passo ao fazer esta regulamentação, com todos os Parlamentares e todas as Parlamentares participando. É importante dizer que houve a participação de todos e de todas. É fundamental dizer isso. Esse projeto não é do Deputado Chico Leite, esse projeto é da Casa Legislativa do Distrito Federal. Então, com as regras colocadas, aí sim, nós vamos verdadeiramente homenagear todos aqueles destinatários das medidas.

Todos estão de parabéns. Obrigado.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito aqui, com o prévio entendimento do Deputado Rôney Nemer, que seja apreciado o item nº 38.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Acato a solicitação de V.Exa.

Item n.º 38:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 443, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 47.000.000,00 (quarenta e sete milhões de reais)”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item n.º 13:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 11, de 2011, de autoria da Deputada Liliane Roriz, que “altera o Decreto-Lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966, que ‘regula o Sistema Tributário do Distrito Federal e dá outras providências’, com as alterações posteriores, e dá outras providências”.

Solicito ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Chico Leite, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Solicito ao Relator, Deputado Chico Leite, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei Complementar nº 11, de 2011, de autoria da Deputada Liliane Roriz, que “altera o Decreto-Lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966, que ‘regula o Sistema Tributário do Distrito Federal e dá outras providências’, com as alterações posteriores, e dá outras providências”.

Eu vejo, Sr. Presidente, que o projeto pode ser de iniciativa de Parlamentar. A via eleita, PLC, é a correta. E há, no projeto, as estimativas e as planilhas necessárias a que se possa estimar, tomando os dados de arrecadação dos últimos anos, como bem expresso pelo parecer do Deputado Wasny de Roure na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, uma renúncia aproximada de 9 milhões e meio por ano, o que é suportável no atual nível de receitas do Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

Se a CEOF assim compreende, Sr. Presidente, não cumpre a nós da CCJ discutir, visto que o nosso debate é feito sob a ótica formal.

O projeto é admissível, assim como a sua emenda.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – O parecer da Comissão de Constituição e Justiça é pela admissibilidade do projeto e da emenda.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da Comissão de Constituição e Justiça está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei Complementar nº 11, de 2011. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 19 votos favoráveis. Houve 5 ausências.

O projeto está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure para declaração de voto.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentar a Deputada Liliane Roriz, a sua assessoria, como também a nossa assessoria, porque fomos capazes de encontrar um substitutivo que pudesse consolidar uma das bandeiras da Deputada Liliane Roriz. Eu me empenharei para a sanção da matéria, para que se reconheça a contribuição da nobre colega Parlamentar à sociedade do Distrito Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer aos meus colegas Deputados, àqueles que se empenharam e acreditaram que esse projeto pudesse vigorar nos próximos anos. Foi uma conquista para o Distrito Federal. Aqueles que pagam em dia suas contas na Secretaria da Fazenda poderão ter esse desconto na primeira parcela do IPTU do próximo ano.

Fico muito feliz e satisfeita, porque sei que foi um gesto de colaboração do Deputado Wasny de Roure, do Deputado Cláudio Abrantes e da CEOF, que enxergaram que o Distrito Federal é quem ganha com isso.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Item nº 14:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 195, de 2011, de autoria da Deputada Celina Leão, que “assegura ao cidadão atendimento em tempo razoável na rede pública de saúde do Distrito Federal e dá outras providências”.

A Presidência designa a Deputada Rejane Pitanga para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Rejane Pitanga, que emita parecer da Comissão de Educação e Saúde sobre a matéria.

DEPUTADA REJANE PITANGA (PT. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Educação e Saúde ao Projeto de Lei nº 195, de 2011, de autoria da Deputada Celina Leão, que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

“assegura ao cidadão atendimento em tempo razoável, na rede pública de saúde do Distrito Federal, e dá outras providências”.

Sob a perspectiva do mérito é inegável a oportunidade e a conveniência da matéria, tendo em vista a importância de se assegurar ao cidadão atendimento em tempo razoável na rede pública de saúde do Distrito Federal.

Por todo o exposto e pela importância da matéria, manifestamo-nos pela aprovação do referido projeto no âmbito desta Comissão.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da CES.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Solicito ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Chico Leite, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Solicito ao Relator, Deputado Chico Leite, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 195, de 2011, de autoria da Deputada Celina Leão, que “assegura ao cidadão atendimento em tempo razoável, na rede pública de saúde do Distrito Federal e dá outras providências”.

Em realidade, há um debate sobre a iniciativa parlamentar nessa hipótese. Mas o que nós observamos, em princípio, é que se está apenas tentando regulamentar aquilo que já existe de parte das regras gerais da própria Secretaria de Saúde. Por essa ótica, o projeto é admissível.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da CCJ.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 195, de 2011. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 30:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 424, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 4.462, de 13 de janeiro de 2010, com as alterações introduzidas pela Lei nº 4.494, 30 de julho de 2010, que ‘dispõe sobre o passe livre estudantil nos serviços de transporte público coletivo integrantes do Sistema de Transporte do Distrito Federal’, na classificação serviço básico, e dá outras providências”.

O projeto foi aprovado na CEOF com emendas, mas foram apresentadas quatro emendas de plenário.

A Presidência designa o Deputado Cláudio Abrantes para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Cláudio Abrantes, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças às Emendas de Plenário nº 1, nº 2, nº 3 e nº 4 ao Projeto de Lei nº 424, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 4.462, de 13 de janeiro de 2010, com as alterações introduzidas pela Lei nº 4.494, 30 de julho de 2010, que ‘dispõe sobre o passe livre estudantil nos serviços de Transporte Público Coletivo integrantes do Sistema de Transporte do Distrito Federal’, na classificação serviço básico, e dá outras providências”.

O parecer da CEOF é pelo acatamento das emendas apresentadas em plenário.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Solicito ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Chico Leite, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, designo o Deputado Olair Francisco.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Solicito ao Relator, Deputado Olair Francisco, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PTdoB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 424, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 4.462, de 13 de janeiro de 2010, com as alterações introduzidas pela Lei nº 4.494, 30 de julho de 2010, que ‘dispõe sobre o passe livre estudantil nos serviços de Transporte Público Coletivo integrantes do Sistema de Transporte do Distrito Federal’, na classificação serviço básico, e dá outras providências”, e às Emendas de Plenário nº 1, nº 2, nº 3 e nº 4.

O parecer da Comissão de Constituição e Justiça é pela aprovação do projeto e das Emendas de Plenário nº 1, nº 2, nº 3 e nº 4.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 424, de 2011. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 22:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 155, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “regulamenta no Distrito Federal o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, cooperativas e microempreendedor individual de que trata a Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, pelas Leis Complementares nºs 127, de 14 de agosto de 2007, e 128, de 19 de dezembro de 2008, e dá outras providências”.

Deputado Rôney Nemer, eu gostaria do esclarecimento de V.Exa. com relação ao Projeto de Lei nº 155. Esse projeto recebeu emendas? Foram nove emendas na comissão? Porque no *site* consta que há nove emendas, só que as emendas não estão aqui no projeto. Então, V.Exa...

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PTdoB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo a todos para que votássemos principalmente esse projeto que trata das micro e pequenas empresas, Deputado Rôney Nemer. É de suma importância a sua aprovação. Também queria ver com a nossa assessoria a questão das emendas, porque estão dizendo que sumiram as emendas! Nós temos que implantar para votar.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Deputado Olair Francisco, as emendas estão aqui.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Achou?

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Elas não sumiram, em momento algum!

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Ainda bem.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Não sumiram, Deputado! Foi dado o parecer na comissão e os Deputados estão construindo um acordo para que possa ser votada a emenda em plenário, uma vez que foram apresentadas mais emendas em plenário. Então, esse acordo é para que possamos votar.

Solicitei informações ao Deputado Rôney Nemer apenas para prestar um esclarecimento, e já foi prestado. O acordo está sendo construído para que possamos votar o projeto.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Estão me pressionando, Deputado Rôney Nemer.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – V.Exa. suporta pressão. Pode ficar tranquilo.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Deputado Olair Francisco, seu pedido será considerado. Estamos dirimindo as últimas dúvidas. Não tem nenhuma emenda sumida. Nós temos apenas de clarificar por que algumas emendas foram rejeitadas, clarificar o porquê da rejeição pela Assessoria Legislativa e o porquê de as outras estarem sendo aprovadas. Clarificar o processo é muito bom para a sociedade, para nós Parlamentares, para todos.

Então, quem é de micro e pequena empresa pode ficar tranquilo. A pedido do Deputado Olair Francisco, a pedido dos cantineiros, do Deputado Chico Vigilante e de todos os Deputados, nossa comissão vai fazer o parecer em plenário e vamos colocar em votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Com certeza, Deputado Rôney Nemer, e com muita transparência.

O Secretário de Micro e Pequena Empresa encontra-se presente para dar qualquer esclarecimento que se faça necessário aos Deputados, às assessorias dos Parlamentares, a fim de que possamos fazer a votação desse projeto, que é de suma importância para a sociedade.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Eu queria, inclusive, agradecer a presença do Secretário de Micro e Pequena Empresa, que está aqui desde manhã, e também esteve aqui ontem o dia todo, e efetivamente está ajudando muito. Agradeço também a todos os empresários, a todos que ofertaram emenda para contribuir com esse projeto.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Queremos agradecer ao Secretário Dirsomar, que se encontra aqui desde ontem para que possamos dirimir todas as dúvidas e fazer a votação do projeto.

Como ainda não há acordo sobre a votação do Projeto de Lei nº 155, de 2011, solicito ao Deputado Raad Massouh que faça a chamada do item nº 16.

Item nº 16:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 71, de 2009, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes e outros, que “altera a denominação da Comissão de Educação e Saúde e dá outras providências”.

A matéria tem tramitação concluída, mas recebeu emendas de plenário.

Solicito ao Deputado Raad Massouh que profira parecer pela Mesa Diretora.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Mesa Diretora ao Projeto de Resolução nº 71, de 2009, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes e outros, que “altera a denominação da Comissão de Educação e Saúde, e dá outras providências”.

Sr. Presidente, somos pela aprovação da Emenda Aditiva nº 1, de 2011, em primeiro turno, no plenário.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Esta Presidência informa que foi construído um acordo com os Deputados Cláudio Abrantes, Liliane Roriz e outros para que houvesse a votação no dia de hoje.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Sr. Presidente, ratificando, o projeto está em primeiro turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Com certeza, porque o projeto será votado em primeiro turno.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Sr. Presidente, é bom fazer a retificação.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – O parecer da Mesa Diretora é pela aprovação.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Chico Leite, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Resolução nº 71, de 2009, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes e outros, que “altera a denominação da Comissão de Educação e Saúde, e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, nós trabalhamos apenas a emenda, que diz: “Os efeitos desta Resolução passarão a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2012”. Então, trata-se somente dos efeitos. Dessa maneira, valem os fundamentos já oferecidos no parecer da CCJ para a votação dessa emenda em plenário, Sr. Presidente. Consideramos admissível a emenda.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	42

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – O parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a emenda é pela admissibilidade.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Resolução nº 71, de 2009. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	43

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 20 votos favoráveis. Houve 4 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 24:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 395, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “autoriza a cessão de uso de imóvel do Distrito Federal à União, por intermédio do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios”.

A matéria teve a sua tramitação concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

E as emendas ao item nº 22 já foram acordadas? (Pausa.)

Item nº 25:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 358, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “revoga a Lei nº 2.510, de 29 de dezembro de 1999, que institui o Regime Tributário Simplificado do Distrito Federal – Simples Candango”.

A matéria não recebeu parecer da CEOF nem da CCJ.

Solicito ao Vice-Presidente da CEOF, Deputado Claudio Abrantes, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CLAUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, designo o Deputado Wasny de Roure.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Solicito ao Relator, Deputado Wasny de Roure, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 358, de 2011, de autoria do Poder



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	44

Executivo, que “revoga a Lei nº 2.510, de 29 de dezembro de 1999, que institui o Regime Tributário Simplificado do Distrito Federal – Simples Candango”.

Sr. Presidente, o nosso parecer é favorável, acompanhando o entendimento da nossa Comissão.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da CEOF. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Solicito ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Chico Leite, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Solicito ao Relator, Deputado Chico Leite, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estamos aguardando os autos, com o projeto. (Pausa.)

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PMN. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, informo aos professores que se encontram na galeria que o projeto de lei que trata da emenda deles é o de nº 336, de 2011, e a emenda é a Emenda de Plenário nº 5. Se eles quiserem acompanhar, estão chegando várias informações. Então, é o Projeto de Lei nº 336, de 2011.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputada Celina Leão.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 358, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “revoga a Lei nº 2.510, de 29 de dezembro de 1999, que institui o Regime Tributário Simplificado do Distrito Federal – Simples Candango”.

Sr. Presidente, o Projeto de Lei nº 358, de 2011, tem apenas um dispositivo, cuja redação repete a ementa. Revoga a Lei nº 2.510, de 29 de dezembro de 1999,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	45

que institui o Regime Tributário Simplificado do Distrito Federal, o chamado Simples Candango. A iniciativa é do Executivo, como o foi a revogada. A via é a própria, por projeto de lei, como o era a revogada, de maneira que consideramos admissível o projeto em debate.

É o parecer.

(Assume a Presidência o Deputado Dr. Michel.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 22 Deputados.

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 358, de 2011. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 22 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 22:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 155, de 2011, de autoria do Poder Executivo...

Não há acordo, ainda, para apreciarmos o item nº 22. Iremos passar para o item nº 31 enquanto não há acordo.

Item nº 31:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 425, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre o custeio da gratuidade no transporte público coletivo integrante do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal, na classificação serviço básico, para as pessoas com deficiência, e dá outras providências”.

(Assume a Presidência o Deputado Patrício)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência designa o Deputado Wasny de Roure para emitir parecer sobre a matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	46

Esta Presidência solicita aos assessores técnicos que possam usar a outra parte da bancada.

Solicito ao Relator, Deputado Wasny de Roure, que emita parecer sobre as emendas pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 425, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre o custeio da gratuidade no transporte público coletivo integrante do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal, na classificação serviço básico, para as pessoas com deficiência, e dá outras providências”.

No que diz respeito à Emenda Modificativa de Plenário nº 1, o nosso parecer é favorável; e quanto à Subemenda Modificativa de Plenário nº 2, também somos favoráveis. O parecer, portanto, é favorável às duas emendas: uma Emenda Modificativa nº 1 e a Submenda Modificativa de Plenário nº 2.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da CEOF . (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Esta Presidência designa o Deputado Chico Leite para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Chico Leite, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 425, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre o custeio da gratuidade no transporte público coletivo integrante do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal, na classificação serviço básico, para as pessoas com deficiência, e dá outras providências”.

Foi apresentada e aprovada uma emenda na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e mais duas emendas em plenário. As emendas de plenário têm o número regimental. Não há, na hipótese, qualquer óbice, por não serem daquelas que só podem ser de iniciativa exclusiva do Poder Executivo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	47

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, considero o projeto admissível com a emenda da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e as duas emendas de plenário.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – O parecer da Comissão de Constituição e Justiça é pela admissibilidade do projeto e das emendas.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 425, de 2011. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

O projeto segue a tramitação regimental.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria só dizer que essas duas emendas foram apresentadas pelo nosso gabinete. Uma delas estende à área rural, também, esse benefício, pois o projeto original veio só para a área urbana, e na área rural também há estudante, também há deficiente físico. Por isso nós fizemos essa emenda. Eu queria agradecer a cooperação e a colaboração do nosso Líder, Deputado Wasny de Roure, que articulou para que o Governo efetivamente aceitasse as nossas emendas. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Com certeza, Deputado Rôney Nemer. Até porque é importante que os projetos passem pela Casa, tramitem nas comissões, para haver discussão, melhoria dos projetos; inclusive para que possam ser aperfeiçoados, aprimorados. E V.Exa. contribui muito, neste momento, com o acordo feito com a Liderança do Governo.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	48

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para a apreciação do item nº 22, nós vamos precisar de 16 votos. Portanto, quero fazer um apelo a todos os Parlamentares, já que é unanimidade na Casa, para que permaneçamos aqui para votarmos o item agora, com os 16 Deputados.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Ok, Deputado Chico Vigilante. Acato a solicitação de V.Exa. Há 20 Deputados presentes e todos vão permanecer aqui, eu espero, até que concluamos todas as votações.

Terminada a Ordem do Dia no primeiro turno, nós vamos encerrar a sessão ordinária e abrir sessão extraordinária para votação em segundo turno desses projetos e também da LDO.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – E agora já está acertado, mesmo, o item nº 22. Não tem mais como voltar atrás.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Como nós já chamamos duas vezes esse projeto e, nas duas vezes, não havia acordo, vamos esperar mais um pouco até que esse e outros projetos estejam acordados para serem votados.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo a V.Exa. que chamasse esse projeto agora.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Deputado Chico Leite, qual projeto?

DEPUTADO CHICO LEITE – O relativo ao item nº 22. Já há entendimento.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Só um momento, Deputado Chico Leite.

Item nº 15:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 440, de 2011, de autoria da Deputada Celina Leão, que “altera a Lei nº 7.431, de 17 de dezembro de 1985, que institui no Distrito Federal o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores e dá outras providências”.

O projeto teve aprovação na Comissão de Constituição e Justiça.

Solicito ao Deputado Cláudio Abrantes que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Na verdade, as duas comissões se pronunciaram. Ok, Deputada Celina Leão? O projeto teve a tramitação concluída. Portanto, ele vai direto à apreciação no plenário. Agradeço aos Parlamentares que fizeram um esforço grande, hoje, nas comissões, para que os projetos tivessem a tramitação concluída, sejam de autoria do Governo, sejam de autoria dos Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	49

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 440, de 2011. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário, Deputado Raad Massouh, que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	50

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 20 votos favoráveis. Houve 4 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão para declaração de voto.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PMN. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, primeiro, eu gostaria de agradecer o empenho de todos os Parlamentares, a CEOF e a CCJ, que deram aprovação ao nosso projeto, pois garantiu-se um desconto histórico, o desconto do IPVA. Eu acho que este é o dever desta Casa.

Hoje, fica registrado e garantido que o desconto no pagamento à vista do IPVA não dependerá mais de nenhuma condição política. O desconto é *ad eternum* a toda a população de Brasília. Esta Casa, todas as vezes que preservar o bolso do cidadão, estará fazendo seu papel.

Eu gostaria de agradecer ao Líder do Governo, Deputado Wasny de Roure, que nos ajudou a aprovar o projeto que trata do IPVA.

Eu acho que ficará uma marca registrada para Brasília. Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure para declaração de voto.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero registrar o meu reconhecimento pela luta da Deputada Celina Leão, pela batalha que S.Exa. fez; uma Deputada que estreou neste mandato, nesta Casa e vem delimitando um espaço dentro da cidade de Brasília.

Eu quero dizer, Deputada Celina Leão e Deputada Liliane Roriz – que trabalharam na questão do IPVA e IPTU, respectivamente – que, nesta semana, quando estivemos na *TV Globo*, dentre os projetos que eles cobraram, do ponto de vista do interesse da cidade, estavam exatamente esses dois projetos. Portanto, eu entendo que o projeto de S.Exa. vem ao encontro do interesse público e da nossa sociedade.

Parabenizo o seu esforço e a sua compreensão; parabenizo a Deputada Eliana Pedrosa, que foi a Relatora da matéria, mas que teve a sensibilidade de acolher as nossas ponderações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Muito obrigado, Deputado Wasny de Roure.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	51

Item nº 17:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 2, de 2011, de autoria da Deputada Liliane Roriz, que “institui espaços culturais nas dependências da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências”.

Ao projeto foram apresentadas três emendas pelo gabinete da Mesa Diretora.

A Presidência designa o Deputado Raad Massouh para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Raad Massouh, que emita parecer da Mesa Diretora sobre a matéria.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Mesa Diretora às emendas e ao Projeto de Resolução nº 2, de 2011, de autoria da Deputada Liliane Roriz, que “institui espaços culturais nas dependências da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências”.

Há acordo para acatar as Emendas nºs 1 e 3 e rejeitar a Emenda nº 2.

O parecer da Mesa Diretora é pela aprovação do referido Projeto de Resolução nº 2, de 2011.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da Mesa Diretora. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da Mesa Diretora está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Olair Francisco para emitir parecer sobre a matéria.

Informo que a Emenda nº 2 foi rejeitada e as Emendas nºs 1 e 3 foram acatadas pelo parecer da Mesa Diretora.

Solicito ao Relator, Deputado Olair Francisco, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PTdoB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça às emendas e ao Projeto de Resolução nº 2, de 2011, de autoria da Deputada Liliane Roriz, que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	52

“institui espaços culturais nas dependências da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências”.

O projeto e as Emendas nºs 1 e 3, apresentadas em plenário, têm o parecer favorável desta Comissão. Seguimos o parecer da Mesa Diretora, que rejeita a Emenda nº 2.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – O parecer da CCJ segue o parecer da Mesa Diretora, pela admissibilidade e constitucionalidade do projeto e das Emendas nºs 1 e 3, portanto acatadas; a Emenda nº 2 está rejeitada.

Apenas para conhecimento dos demais Deputados: Emendas nºs 1 e 3 acatadas e Emenda nº 2 rejeitada. É este o parecer?

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Correto, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Resolução nº 2, de 2011. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de dizer a V.Exa. que, enfim, chegamos a um acordo para o projeto das micro e pequenas empresas. Então, o mesmo está apto a ser apreciado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Item nº 35:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	53

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 429, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais)”.

A matéria teve a tramitação concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 10:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 279, de 2011, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que “dispõe sobre o monitoramento com câmeras de vídeo nas instalações que especifica”.

A matéria não tem parecer, não teve a tramitação concluída.

Solicito ao Presidente da Comissão de Segurança, Deputado Aylton Gomes, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO AYLTON GOMES – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Solicito ao Relator, Deputado Aylton Gomes, que emita parecer da Comissão de Segurança sobre a matéria.

DEPUTADO AYLTON GOMES (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Segurança ao Projeto de Lei nº 279, de 2011, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que “dispõe sobre o monitoramento com câmeras de vídeo nas instalações que especifica”.

No âmbito da Comissão de Segurança, o nosso voto é pela aprovação do projeto de lei, Sr. Presidente.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – O parecer da Comissão de Segurança é pela aprovação.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	54

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Olair Francisco para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Olair Francisco, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PTdoB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 279, de 2011, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que “dispõe sobre o monitoramento com câmeras de vídeo nas instalações que especifica”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos favoráveis à aprovação do projeto.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – O parecer da Comissão de Constituição e Justiça é pela admissibilidade.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 279, de 2011. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 22:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 155, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “regulamenta no Distrito



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	55

Federal o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, cooperativas e microempreendedor individual de que trata a Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, pelas Leis Complementares nºs 127, de 14 de agosto de 2007, e 128, de 19 de dezembro de 2008, e dá outras providências”.

A matéria não tem parecer, mas recebeu 13 emendas.

Solicito ao Relator, Deputado Rôney Nemer, que emita parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre a matéria.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo ao Projeto de Lei nº 155, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “regulamenta no Distrito Federal o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, cooperativas e microempreendedor individual de que trata a Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, pelas Leis Complementares nºs 127, de 14 de agosto de 2007, e 128, de 19 de dezembro de 2008, e dá outras providências”.

Vou direto ao voto, mas serei bastante didático, porque é um projeto bem denso. Na Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, nós votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 155, de 2011, acatando a Emenda Aditiva nº 2, na forma da Subemenda de Relator nº 2; a Emenda Aditiva nº 3; a Emenda Aditiva nº 4, na forma da Subemenda de Relator nº 3; a Emenda Aditiva nº 5; a Emenda Modificativa nº 1, na forma da Subemenda de Relator nº 1; as Emendas Modificativas nºs 2, 3, 4, 5 e 6; as Emendas Modificativas de Relator nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14 e 15; e as Emendas Supressivas de Relator nºs 1 e 2, que integram este parecer da Comissão. Acato também as Emendas Aditivas de Plenário nºs 1, 2 e 3.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	56

A Presidência designa o Deputado Cláudio Abrantes para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Cláudio Abrantes, que emita o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 155, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “regulamenta no Distrito Federal o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, cooperativas e microempreendedor individual de que trata a Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, pelas Leis Complementares nºs 127, de 14 de agosto de 2007, e 128, de 19 de dezembro de 2008, e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, nosso parecer é pela admissibilidade do projeto de lei e acatamento das emendas na forma do parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da CEOF. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Solicito ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Chico Leite, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, o Relator sorteado é o Deputado Wellington Luiz, que, por ter que se ausentar apenas temporariamente, solicitou-me que fizesse o relatório *ad hoc*. Assim o farei, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Solicito ao Relator, Deputado Chico Leite, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 155, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “regulamenta no Distrito Federal o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, cooperativas e microempreendedor



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	57

individual de que trata a Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, pelas Leis Complementares nºs 127, de 14 de agosto de 2007, e 128, de 19 de dezembro de 2008, e dá outras providências”.

A autoria é do Poder Executivo. A matéria é própria para autoria exclusiva do Poder Executivo. Assim sendo, sem adentrar o mérito já debatido pela Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, nós consideramos admissível o projeto em debate, com a Emenda Aditiva nº 2, na forma da Subemenda de Relator nº 2; a Emenda Aditiva nº 3; a Emenda Aditiva nº 4, na forma da Subemenda de Relator nº 3; a Emenda Aditiva nº 5; a Emenda Modificativa nº 1, na forma da Subemenda de Relator nº 1; as Emendas Modificativas nºs 2, 3, 4, 5 e 6; as Emendas Modificativas de Relator nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14 e 15, além das Emendas Supressivas de Relator nºs 1 e 2, que integram, naturalmente – todas as emendas e subemendas citadas – este parecer.

Somos pela admissibilidade, Sr. Presidente.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – O parecer da CCJ é pela admissibilidade.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, para esclarecer, há três emendas de plenário, que também são de competência concorrente. As Emendas Aditivas nº 1, 2 e 3, que também consideramos admissíveis.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado o parecer da CCJ com a presença de 20 Deputados.

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 155, de 2011. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos Srs. Deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Lembro que são necessários 16 votos para a aprovação do projeto.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	58

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	59

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 19 votos favoráveis. Houve 5 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante para declaração de voto.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço mais que um minuto a V. Exa. para a minha declaração de voto pelo momento em que esta Casa procede a essa votação. Esse foi um compromisso assumido pelo Governador Agnelo Queiroz, foi um compromisso assumido por esta Casa parlamentar. Eu me lembro de que eu estava com a Deputada Eliana Pedrosa, com o Deputado Olair Francisco, se não me falha a memória, com o Deputado Joe Valle, e me parece que V. Exa. estava também, num seminário do Sebrae, quando nós garantimos que esta Casa Legislativa votaria o projeto das micro e pequenas empresas no primeiro semestre. E nós estamos cumprindo, Deputado Patrício, aquilo que garantimos. O Governador também tinha dado a palavra, Deputado Washington Mesquita, de que votaríamos esse projeto em primeiro turno. Projeto que, por sinal, Deputado Patrício, já deveria ter sido votado na legislatura passada. O Governo do Distrito Federal, o Governador Agnelo Queiroz, na discussão com as Secretarias, mandou esse projeto para esta Casa e hoje, Deputada Eliana Pedrosa, a gente faz justiça. Mas a gente faz justiça muito mais, e essa é a atenção que chamo desta Casa – Deputado Patrício, Deputada Eliana Pedrosa –, porque inserimos dentro dessa Lei da Micro e Pequena Empresa a sobrevivência digna desses homens e mulheres de bem, que são os cantineiros do Distrito Federal. (Palmas.)

Tenho aqui em mãos um documento muito grave – Deputado Patrício, Deputada Eliana Pedrosa, Deputada Liliane Roriz, Deputado Cristiano Araújo e demais Deputados –, pois é um documento de uma promotora de justiça, que fala em nome do Ministério Público, e isso é grave. Seguramente, quando essa promotora nasceu, alguns desses homens e mulheres já estavam nas cantinas trabalhando. (Palmas.) E ela manda uma recomendação para o Greison, datada do dia 29, do dia de ontem, Deputada Eliana Pedrosa, para fechar todas as cantinas de todas as regiões administrativas.

Nós estamos aqui, neste momento, com votação unânime de todos os Deputados – e aí não é a emenda do Deputado Chico Vigilante, mas de todos que a assinaram: Deputados Liliane Roriz, Aylton Gomes, Dr. Michel, Washington Mesquita, Evandro Garla, Chico Leite, Rejane Pitanga, Olair Francisco, Rôney Nemer, todos –, unanimidade. Nós estamos dizendo que esta Casa tem lado, e estamos tomando o lado dos trabalhadores. (Palmas.) Estamos dizendo que não irão fechar as cantinas! É possível até que questionem no Judiciário, Deputado Chico Leite, mas esta Casa irá, Deputado Patrício, sob a sua liderança, ao Judiciário para dizer que essas e esses



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	60

cantineiros não podem ser perseguidos da maneira como estão sendo pelo Ministério Público do Distrito Federal!

Portanto, tomamos um lado e estamos inseridos dentro da lei, dizendo: deixem esses homens e mulheres de cabelos brancos continuarem vendendo as coisas de qualidade que vendem para sobreviver! Assim, Deputado Rôney Nemer, Deputado Patrício, essa é a emenda contra a injustiça, contra a perseguição. Sei que há entre esses homens e mulheres aqui hoje, que irão dormir tranquilos, alguns chegando quase à beira de um infarto! Isso não pode, Deputado Patrício.

Para aqueles que criticam esta Casa, é nesta hora que damos a resposta nos posicionando ao lado daqueles que são perseguidos. Agradeço a todos os Parlamentares que, de maneira unânime, votaram nesta emenda. Nós a inserimos dentro da lei e a votaremos em segundo turno. Implantamos aqui hoje a alforria desses homens e mulheres que estão aí. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco para declaração de voto.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PTdoB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer esta declaração de voto primeiro para agradecer aos Deputados e, principalmente, à Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, porque a gente ainda não tinha acordo para votar essa matéria. Essa matéria tinha um ponto de interrogação porque, lá no Congresso Nacional, irão aumentar em 50% os benefícios para microempresas. Mas, quando fomos pegos de surpresa com a notícia de que as cantinas do Distrito Federal poderiam ser fechadas, imediatamente, o nosso Governo veio até nós e fizemos um acordo para que as pessoas trabalhem com segurança, e estamos aprovando a Lei da Microempresa no Distrito Federal para fazer a justiça que a comunidade espera.

Para saudar os cantineiros, quero cumprimentar o nosso Presidente, Luís Magalhães, e deixar um apreço ao Presidente da Agefis, que está preocupado com os cantineiros e não quer tomar uma medida desfavorável a vocês. Ele pessoalmente nos comunicou e pediu que esta lei da microempresa fosse votada e o Governo pudesse sancioná-la.

Todos estamos de parabéns. Quero deixar um abraço à Agefis do Distrito Federal, que não quer fazer injustiça com nossos cantineiros. Quero agradecer a todos vocês, que são Deputados do bem.

Muito obrigado.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	61

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o item nº 17, de minha autoria, é um projeto de resolução que designa espaços da Casa. Eu achei de muita importância, Deputado Wasny de Roure, pois nossos artistas locais têm de ser reconhecidos. Esta Casa ficará mais bonita recebendo esses artistas locais. É importante valorizarmos essa classe. Há muitos espaços no Distrito Federal. Isso vem ao encontro de uma ideia que já existe na Câmara dos Deputados e no Senado Federal e abre mais um espaço físico no Distrito Federal para os artistas locais.

Eu achei que, acolhendo os artistas locais, valorizando-os, abraçamos a cidade de uma forma diferente, e a cidade nos vê também de uma forma diferente.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PMN. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que, quando fazemos uma oposição responsável, temos de parabenizar a iniciativa do Poder Executivo por mandar esse projeto. Agradeço a presença do Secretário Dirsomar, que esteve aqui a tarde toda acompanhando. É um companheiro nosso.

Deputado Wasny de Roure, quero parabenizá-lo pela condução desse projeto para garantir o emprego, o trabalho e a renda no Distrito Federal. Por isso, eu gostaria de parabenizar.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Agradeço a presença de todos que estiveram na galeria para aprovar o Projeto de Lei nº 155, de 2011.

Item nº 23:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 301, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 4.537, de 18 de fevereiro de 2011, que ‘inclui o desfile das Escolas de Samba de Brasília no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal’”.

Solicito à Relatora, Deputada Luzia de Paula, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PPS. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 301, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 4.537, de 18 de fevereiro de 2011, que ‘inclui o desfile das Escolas de Samba de Brasília no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal’”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	62

Sr. Presidente, a proposta em apreço não encontra obstáculo quanto à oportunidade e conveniência.

Pelo exposto, quanto ao mérito afeto às atribuições desta Comissão de Assuntos Sociais, manifestamo-nos favoravelmente ao Projeto de Lei nº 301, de 2011.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Chico Leite para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Chico Leite, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 301, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 4.537, de 18 de fevereiro de 2011, que inclui o desfile das Escolas de Samba de Brasília no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal”.

A matéria é de competência concorrente; portanto, tanto o Poder Executivo quanto o Legislativo podem fazê-lo. É importante dizer, Sr. Presidente, que esse projeto restaura, ao mudar a redação do art. 1º da Lei nº 4.537, de 2011, a impessoalidade, que é fundamental na legislação.

Considero admissível, Sr. Presidente.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – O parecer da Comissão de Constituição e Justiça é pela admissibilidade.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	63

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 301, de 2011. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria requerer a V.Exa. que puséssemos em votação o item de nº 34. Os trabalhadores e trabalhadoras estão aguardando desde cedo.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência acata a solicitação de V.Exa., Deputado Chico Leite.

Item nº 36:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 430, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 38.217.204,00 (trinta e oito milhões, duzentos e dezessete mil, duzentos e quatro reais)”.

A matéria teve tramitação concluída. Aprovado parecer favorável da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 20:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 405, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “altera o § 1º, do art. 1º, da Lei nº 4.166, de 30 de junho de 2008, que ‘autoriza o Poder Executivo a contratar empréstimo externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD e dá outras providências”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	64

Solicito ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Chico Leite, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

Solicito ao Relator, Deputado Chico Leite, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 405, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “altera o § 1º do art. 1º da Lei nº 4.166, de 30 de junho de 2008, que ‘autoriza o Poder Executivo a contratar empréstimo externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD e dá outras providências’”.

A iniciativa é do Poder Executivo. Os requisitos foram cumpridos. A CEOF deu parecer de mérito favorável, entendendo presentes todos os requisitos próprios à postulação do GDF. De maneira que consideramos admissível o projeto em debate.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – O parecer da CCJ é pela admissibilidade.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 405, de 2011. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 26:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 361, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a organização, a composição e as atribuições do Conselho de Saúde do Distrito Federal, em conformidade com o inc. III do art. 198 da Constituição Federal; inc. VIII do art. 7º



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	65

da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990; Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990; art. 215 da Lei Orgânica do Distrito Federal; e as diretrizes da Resolução nº 333, do CNS, de 04 de novembro de 2003”.

Foram apresentadas três emendas de plenário.

Solicito ao Relator, Deputado Washington Mesquita, que emita parecer da Comissão de Educação e Saúde sobre o projeto e as emendas apresentadas.

DEPUTADO WASHINGTON MESQUITA (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Educação e Saúde ao Projeto de Lei nº 361, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a organização, a composição e as atribuições do Conselho de Saúde do Distrito Federal, em conformidade com o inc. III do art. 198 da Constituição Federal; inc. VIII do art. 7º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990; Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990; art. 215 da Lei Orgânica do Distrito Federal; e as diretrizes da Resolução nº 333, do CNS, de 04 de novembro de 2003”.

Acato as três emendas da Deputada Eliana Pedrosa e as três emendas de minha autoria. Somos favoráveis à aprovação do projeto.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da Comissão de Educação e Saúde. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Olair Francisco, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PTdoB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 361, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a organização, a composição e as atribuições do Conselho de Saúde do Distrito Federal, em conformidade com o inc. III do art. 198 da Constituição Federal; inc. VIII do art. 7º da Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990; Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990; art. 215 da Lei Orgânica do Distrito Federal; e as diretrizes da Resolução nº 333, do CNS, de 04 de novembro de 2003”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	66

O projeto foi aprovado com três emendas de relator na Comissão de Educação e Saúde e três emendas de relator no plenário.

Esse é o nosso parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 361, de 2011. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 34:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 428, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “reestrutura e reajusta as tabelas de cargos de natureza especial, de cargos em comissão e de funções gratificadas do Poder Executivo do Distrito Federal e dá outras providências”.

Foi aprovado parecer favorável da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, com emendas.

A Presidência designa o Deputado Wasny de Roure para emitir parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre as emendas de plenário.

Solicito ao Relator, Deputado Wasny de Roure, que emita parecer da CEOF sobre a matéria.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da CEOF ao Projeto de Lei nº 428, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “reestrutura e reajusta as tabelas de cargos de natureza especial, de cargos em comissão e de funções gratificadas do Poder Executivo do Distrito Federal e dá outras providências”.

Acolho a Emenda Modificativa nº 4, de plenário. Considero prejudicada a Emenda nº 2. A Emenda nº 3 foi retirada.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	67

Portanto, Sr. Presidente, no âmbito desta Comissão, somos favoráveis à Emenda Modificativa nº 4, de plenário, e declaramos prejudicada a Emenda nº 2, aprovada na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da CEOF. Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, é só para dizer que a emenda que foi aprovada na CEOF foi considerada agora prejudicada, mas eu insisto que aquela seria a melhor redação. Apenas isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Continua em discussão o parecer da CEOF.

Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só a título de esclarecimento aos servidores que ficaram aqui, sobre aquela condição de congelamento da VPNI transformar nossa gratificação – nossa porque também sou servidor público. Passaria a VPNI e estaria congelada. Foi feito um acordo, e a emenda garantiu que sempre que a tabela ou cargo que você incorporou tiver um reajuste, você também, na sua VPNI, receberá o reajuste. Não ficará congelado. Ok?

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Continua em discussão o parecer da CEOF. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da CEOF está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Evandro Garla para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Evandro Garla, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre as emendas apresentadas ao projeto em plenário.

DEPUTADO EVANDRO GARLA (PRB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 428, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “reestrutura e reajusta as tabelas de cargos de natureza especial, de cargos em



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	68

comissão e de funções gratificadas do Poder Executivo do Distrito Federal e dá outras providências”.

Esta Comissão de Assuntos Sociais, na esfera de sua competência, considera meritória a presente iniciativa.

Pelo exposto, quanto ao mérito afeto às atribuições desta Comissão de Assuntos Sociais, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 428, de 2011, de autoria do Poder Executivo, com as emendas acatadas pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Solicito ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Chico Leite, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Solicito ao Relator, Deputado Chico Leite, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 428, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “reestrutura e reajusta as tabelas de cargos de natureza especial, de cargos em comissão e de funções gratificadas do Poder Executivo do Distrito Federal e dá outras providências”.

Sr. Presidente, a matéria, sem adentrar o mérito, é de iniciativa do Poder Executivo, que é quem pode dispor sobre ela privativamente. As emendas não se referem à imposição de obrigação, de maneira que consideramos o projeto admissível na forma aprovada pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	69

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 428, de 2011. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Item nº 37:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 442, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 5.540.947,00 (cinco milhões, quinhentos e quarenta mil, novecentos e quarenta e sete reais)”.

O projeto teve a sua tramitação concluída, mas foram apresentadas cinco emendas de plenário.

A Presidência designa o Deputado Wasny de Roure para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Wasny de Roure, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças às emendas apresentadas no plenário da Casa ao Projeto de Lei nº 442, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 5.540.947,00 (cinco milhões, quinhentos e quarenta mil e novecentos e quarenta e sete reais)”.

À Emenda Aditiva nº 1, somos favoráveis; à Emenda Aditiva nº 2, somos também favoráveis; à Emenda Aditiva nº 3, também somos favoráveis; a Emenda nº 4 também é um remanejamento do próprio Parlamentar, portanto, somos favoráveis; a Emenda nº 5, previamente acordada, é o restabelecimento da manutenção da educação de jovens e adultos, retirando o cancelamento de reservas orçamentárias de vetos da LOA.

O nosso parecer é favorável às cinco emendas de plenário.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	70

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 442, de 2011. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Item nº 19:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei Complementar nº 14, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “altera o art. 88 da Lei Complementar nº 769, de 30 de junho de 2008, que ‘reorganiza e unifica o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal’ e da outras providências”.

A Presidência designa o Deputado Evandro Garla para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Evandro Garla, que emita parecer pela Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO EVANDRO GARLA (PRB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei Complementar nº 14, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “altera o art. 88 da Lei Complementar nº 769, de 30 de junho de 2008, que ‘reorganiza e unifica o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal’ e da outras providências”.

Sr. Presidente, o parecer da Comissão de Assuntos Sociais é pela sua aprovação.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Wasny de Roure para emitir parecer sobre a matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	71

Solicito ao Relator, Deputado Wasny de Roure, que emita o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei Complementar nº 14, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “altera o art. 88 da Lei Complementar nº 769, de 30 de junho de 2008, que ‘reorganiza e unifica o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal’ e da outras providências”.

Sr. Presidente, o projeto substitui a figura do Procurador-Geral do Distrito Federal pela do Secretário-Adjunto de Governo no Conselho do IPREV.

O nosso parecer à referida matéria é favorável.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Chico Leite para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Chico Leite, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei Complementar nº 14, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “altera o art. 88 da Lei Complementar nº 769, de 30 de junho de 2008, que ‘reorganiza e unifica o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal’, e dá outras providências”.

Sr. Presidente, a hipótese, que pode ser, e é, de iniciativa do Poder Executivo, é tão somente para tirar aquele que fiscaliza o instituto de seu conselho. Havia esta, digamos assim, excrescência: o fiscal pertencia ao órgão fiscalizado. Então, trata-se de um projeto corretivo que, além de admissível, deve ser aprovado no mérito.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, é assim que nos manifestamos.

É o parecer.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	72

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei Complementar nº 14, de 2011. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	73

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos favoráveis. Houve 9 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 29:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 423, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “altera o Anexo IV – despesas de pessoal autorizadas a sofrerem acréscimos, da Lei nº 4.499, de 27 de agosto de 2010, que ‘dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2011’, e dá outras providências”.

O item nº 29 votaremos posteriormente. Verifico que também não há acordo para votação dos itens nºs 32, 33, 39 e 40. Posteriormente apreciaremos esses itens.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Projeto de Lei nº 429 foi votado?

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Sim, ele foi votado e aprovado em primeiro turno.

Esta Presidência vai suspender os trabalhos por 15 minutos para discutirmos os projetos que estão pendentes. Em seguida, retornaremos às votações.

Convoco todos os Parlamentares a comparecerem à sala de reuniões para tentarmos fazer um acordo sobre os itens pendentes.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 21h06min, a sessão é reaberta às 22h31min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Está reaberta a sessão.

Convido o Deputado Cristiano Araújo a secretariar os trabalhos da Mesa.

Item nº 29:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 423, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “altera o Anexo IV – despesas de pessoal autorizadas a sofrerem acréscimos, da Lei nº 4.499, de 27 de agosto de 2010, que ‘dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2011’, e dá outras providências”.

O projeto já teve a sua tramitação concluída nas comissões.

Em discussão. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	74

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Item nº 39:

Discussão e votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 1, de 2011, de autoria do Deputado Olair Francisco e outros, que “altera a Lei Orgânica do Distrito Federal, vedando a nomeação ou a designação para os cargos que menciona daqueles considerados inelegíveis nos termos da Legislação Federal”, em tramitação conjunta com a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 3, de 2011, de autoria do Deputado Prof. Israel Batista, que “altera a Lei Orgânica para adotar no Distrito Federal as vedações e impedimentos estabelecidos pela Lei Complementar Federal nº 135, de 2010, denominada Lei da Ficha Limpa, para o provimento de todos os cargos comissionados da Administração Pública Direta e Indireta dos Poderes do Distrito Federal e dá outras providências” e a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 11, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre os acréscimos dos § 8º, do art. 19, § 4º, do art. 60, parágrafo único do art. 84, parágrafo único do art. 100 e dá nova redação ao art. 105, caput, da Lei Orgânica do Distrito Federal”.

Vamos deixar este item para ser votado quando formos votar os itens nºs 32 e 33. As emendas referentes a esses dois itens estão sendo construídas pelos Deputados, e o Deputado Olair Francisco também se encontra lá.

Item nº 40:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 16, de 2011, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que “dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação da data de validade dos produtos perecíveis colocados em promoção”.

O projeto já teve a sua tramitação concluída, mas tem uma emenda de plenário. Portanto, é necessário o parecer da referida emenda apresentada.

A Presidência designa a Deputada Luzia de Paula para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Luzia de Paula, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PPS. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao substitutivo do Projeto de Lei nº 16, de 2011, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	75

“dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação da data de validade dos produtos perecíveis colocados em promoção”.

Sr. Presidente, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, somos favoráveis à aprovação do projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Cláudio Abrantes para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Cláudio Abrantes, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao substitutivo do Projeto de Lei nº 16, de 2011, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que “dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação da data de validade dos produtos perecíveis colocados em promoção”, Emenda nº 1.

Sr. Presidente, tendo em vista os critérios técnicos, o parecer desta Comissão é pela admissibilidade da referida emenda.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 16, de 2011.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na verdade, esse projeto fixa uma lei no Distrito Federal em que qualquer produto que for colocado em promoção terá que ter uma placa bem grande



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	76

dizendo a data de validade. É comum você chegar a um supermercado, ver um produto em promoção e, quando você vai verificar, percebe que ele está vencendo naquele dia. Assim, as pessoas compram e levam para casa aquilo que não vale nada.

A Deputada Eliana Pedrosa tinha um projeto no mesmo sentido que havia tramitado na Casa e não havia sido aprovado. O projeto da Deputada estava arquivado, mas eu fiz um acordo com a Deputada Eliana Pedrosa, até em homenagem por S.Exa. ter pensado antes de mim nesse projeto. Nós fizemos um substitutivo de segundo turno, esse que está sendo votado, ressaltando a minha autoria e a autoria da Deputada Eliana Pedrosa, pois S.Exa. tinha apresentado o projeto antes. Eu gosto de ser justo naquilo que faço.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Para discutir. Sem revisão da oradora.)
– Sr. Presidente, eu quero falar a todos os colegas. Quero agradecer essa atenção especial do Deputado Chico Vigilante, porque foi uma deferência de S.Exa. A gente sabe que o Deputado Chico Vigilante tem posições fortes, mas S.Exa. tem um coração muito grande também.

Muito obrigada, Deputado. Espero poder, durante este mandato, retribuir-lhe o gesto, que foi muito nobre.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – O Expediente lido vai à publicação.
(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 140, de 05/08/2011, Volume I, juntamente com a ata sucinta da 62ª Sessão Ordinária.)

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	77

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito que o Projeto de Lei nº 447, de 2011, seja incluído como item extrapauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Acato a solicitação de V.Exa. e incluo o projeto que acaba de ser lido.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 447, de 2011, de autoria da Mesa Diretora e vários Deputados, que “altera dispositivos da Lei nº 4.342, de 2009, que institui o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF e dá outras providências”.

A Presidência designa o Deputado Cláudio Abrantes para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Cláudio Abrantes, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 447, de 2011, de autoria da Mesa Diretora e vários Deputados, que “altera dispositivos da Lei nº 4.342, de 2009, que institui o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF e dá outras providências”.

Vistos os critérios e as adequações à juridicidade e constitucionalidade, o parecer da Comissão de Constituição e Justiça é pela admissibilidade.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Cláudio Abrantes para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Cláudio Abrantes, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2011	17h30	62ª SESSÃO ORDINÁRIA	78

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 447, de 2011, de autoria da Mesa Diretora e vários Deputados, que “altera dispositivos da Lei nº 4.342, de 2009, que institui o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF e dá outras providências”.

Sr. Presidente, vistos todos os critérios e a adequação financeira e orçamentária, o nosso parecer é pela admissibilidade do referido projeto de lei.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da CEOF. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 447, de 2011. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 20 Deputados.

O projeto segue a tramitação regimental.

Esta Presidência convoca sessão extraordinária para votação, em primeiro e segundo turnos, de todos os projetos constantes da Ordem do Dia, bem como do item extrapauta que acabou de ser aprovado.

Está encerrada a sessão ordinária.

(Levanta-se a sessão às 22h43min.)

**Este texto não substitui o publicado no Diário da Câmara Legislativa nº 147 –
Suplemento, de 16/8/2011.**